

Periferias urbanas em Portugal: um itinerário conceptual e epistemológico. O termo “periferias” entrou definitivamente no léxico académico em Portugal. Até há alguns anos, a literatura académica portuguesa privilegiava o conceito de subúrbio, associando-o aos processos de suburbanização nas suas análises. Esta nova configuração em torno do conceito de periferias urbanas evidencia uma maior pluralidade de abordagens, nem sempre coincidentes, que remetem para novas epistemologias e perspectivas de análise. Neste artigo, fazemos uma revisão da literatura do conceito periferias urbanas ao longo das últimas décadas em Portugal, dialogando com processos mais amplos de segregação socioespacial, racismo institucional e políticas públicas. A literatura brasileira também foi convocada para esse debate, contribuindo para uma compreensão mais informada e relevante do conceito, tanto para a academia quanto para as populações residentes em territórios periféricos.

PALAVRAS-CHAVE: periferia, subúrbio, segregação, políticas públicas, racismo, epistemologia.

Urban peripheries in Portugal: a conceptual and epistemological itinerary. The word ‘peripheries’ has firmly entered the academic lexicon in Portugal. Until a few years ago, Portuguese academic literature mainly focused on the concept of suburbia, associating it with the suburbanization process in its analysis. This new framing of urban peripheries highlights a broader range of approaches, which do not always align, and introduce new epistemologies and analytical perspectives. In this article, we review the literature on the concept of urban peripheries in Portugal over the past few decades, engaging with broader processes of socio-spatial segregation, institutional racism, and public policies. Brazilian literature has also been incorporated into this debate, contributing to a more informed and relevant understanding of the concept for academia and the communities living in peripheral areas.

KEYWORDS: periphery, suburbs, segregation, public policies, racism, epistemology.

OTÁVIO RAPOSO

LÍGIA FERRO

RITA ÁVILA CACHADO

GABRIELA LEAL

PEDRO VARELA

MATEUS SADOCK

Periferias urbanas em Portugal: um itinerário conceptual e epistemológico

INTRODUÇÃO

Não é fácil selecionar literatura que contribua para a compreensão dos significados atribuídos às periferias urbanas, especialmente devido ao intenso debate público sobre o tema.¹ Em Portugal, este conceito foi desenvolvido sobretudo a partir da noção de subúrbios e de processos de urbanização, suburbanização e metropolização, que sintetizam de forma geral o crescimento das duas principais áreas metropolitanas do país: Lisboa e Porto (Ferreira, 1986; Vázquez, 1992; Domingues, 1994-1995; Baptista, 1996; Nunes, 2010). Embora tardia em relação a outros países europeus, a periferização ou suburbanização tornou-se um tema de debate importantíssimo, tendo em conta o crescimento populacional dessas áreas a partir dos anos 1950/60 através da migração rural-urbana.² Por via da influência da literatura académica brasileira, o termo “periferias

1 Este artigo foi produzido no âmbito do projeto Criatividades Periféricas: Juventude, Artes e Políticas Públicas em Territórios Segregados – PERICREATIVITY (referência: 2022.08993.PTDC), financiado pelo governo português através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). O projeto está disponível no DOI: <https://doi.org/10.54499/2022.08993.PTDC>.

2 A periferização das suas populações é bastante visível no caso de Lisboa, cuja população a viver noutras cidades que compõem a sua área metropolitana aumentou de 47% em 1960 para 74% em 1991 (Rosa, 2000).

urbanas” ganhou terreno à ideia de “subúrbios” na produção científica portuguesa. Colocando a questão de forma simples: se a noção de periferias tem sido utilizada na literatura brasileira desde os anos 1970 e 1980 (Caldeira, 2000; Frúgoli Jr., 2000; Telles, 2006), o seu uso em Portugal começa a ganhar destaque sobretudo a partir dos anos 2000.

Este artigo pretende realizar um mapeamento conceptual dos termos “periferias urbanas” e “subúrbios” ao longo das últimas décadas, com ênfase nas discussões no campo das ciências sociais e na forma como essas categorias têm sido mobilizadas no contexto português. Deve-se sinalizar, de partida, que o retrato bibliográfico e a análise subsequente são, necessariamente, incompletos. O objetivo aqui colocado é, antes, refletir sobre a crescente relevância da noção de periferias³ (e suas variantes) tanto na comunidade científica quanto na sociedade portuguesa, destacando a participação de moradores e artistas desses territórios na disputa e reinvenção de seus significados. O artigo também analisa as principais políticas públicas direcionadas a esses territórios em Portugal, assinalando o papel do Estado na produção de suas margens e dos termos que passaram a categorizá-los. A segregação socioespacial e o racismo institucional são dimensões importantes nesse debate, uma vez que influenciam as representações e os modelos de governança de espaços entendidos como periféricos, frequentemente marcados por processos de precarização, racialização, estigma e pela violência de Estado.

Este artigo resulta de um debate desenvolvido entre os investigadores que integram o projeto PERICREATIVITY⁴, centrado na análise e reflexão das formas de criatividade de jovens de territórios segregados, bem como das políticas públicas a eles dirigidas. Quisemos olhar para a literatura sobre periferias e subúrbios noutras latitudes e a par dos debates contemporâneos sobre epistemologias urbanas. Embora o debate português sobre suburbanização e conjuntos habitacionais tenha sido inicialmente influenciado pela literatura francesa,⁵ detemo-nos na emergência dessa discussão na academia brasileira,

3 Ao longo do artigo, privilegiaremos o termo “periferias urbanas”, uma vez que o conceito de “periferias” também pode ser utilizado para além da dimensão urbana. Ainda assim, utilizaremos ocasionalmente a forma reduzida por razões estilísticas.

4 Página do projeto: <https://pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>.

5 Sobretudo no contexto do desenvolvimento de uma sociologia urbana em Portugal, as influências teóricas provinham do contexto francês. Não só vários investigadores fizeram em França a sua formação, como a literatura que chegava foi em grande parte francesa ou traduzida do francês, situação que também se deve à histórica influência da língua francesa e do meio universitário francês no contexto português, muito embora essa história esteja longe de estar contada de forma sistemática. De resto, a internacionalidade do meio académico português →

cuja influência em Portugal ultrapassa os limites da comunidade científica, impactando também as esferas artísticas e ativistas, especialmente a cultura hip hop e os movimentos negros e antirracistas. Esta influência ampla reflete um fenómeno mais abrangente: nas últimas décadas, a crescente presença de estudantes e investigadores brasileiros em Portugal tem causado atravessamentos tanto na sociedade quanto no meio académico do país (França e Padilha, 2016), com efeitos nas formas de pensar e, nesse sentido, contribuindo para abalar as epistemologias hegemónicas europeias. Essa influência é notória no caso do desenvolvimento da antropologia urbana no contexto português (Cachado, 2018), mais do que na sociologia (ver Ágoas, 2013), cuja trajetória é mais devedora da literatura europeia.

PERIFERIAS URBANAS E SUBÚRBIOS. REALIDADE PORTUGUESA

Debater sobre periferias urbanas implica falar sobre processos de segregação socioespacial, imbrincados em dinâmicas de precarização, racialização, estigma e violência de Estado, que se materializam em territórios postos à margem, como bairros autoconstruídos e de realojamento, favelas, guetos e *banlieues*. Todos estes termos suscitam debates próprios, com usos conceptuais e quotidianos específicos, o que impossibilita o aprofundamento de cada um deles. Contudo, importa convocar Loïc Wacquant e a sua reflexão prolífera sobre guetos desde o início dos anos 2000,⁶ retomando o debate em *Bourdieu na cidade: desafios à teoria urbana* (2023), livro no qual reforça a importância da articulação do conceito com os processos de estigmatização territorial – repto que seguimos ao refletirmos, na seção seguinte, sobre narrativas mediáticas e políticas públicas. Voltando às periferias urbanas, trata-se de um termo polissémico com múltiplas tradições disciplinares, frequentemente empregue para nomear territórios socialmente marginalizados, evidenciar problemas urbanos e situar espacialmente comportamentos considerados “desviantes” por certas normas e projetos de cidade concebidos a partir de um centro geográfico, simbólico e material. Apesar das tensões, disputas e ambivalências enredadas na definição da noção de periferia(s), a produção académica parte, substancialmente, de estudos realizados com enfoque nas margens urbanas. Tais análises abordam desde processos de urbanização estruturados a partir do binómio centro-periferia, o seu contexto territorial e lógicas que parecem

dialoga desde há muito também com o Reino Unido, a Espanha, o Brasil, os EUA (ver Fiolhais et al., 2013), como hoje é amplamente reconhecido.

6 Cf. os seguintes contributos na bibliografia: Wacquant 2005a, 2005b, 2006 e 2023.

prevalecer nesses territórios (e.g. exclusão, segregação, exceção) até estudos sociodemográficos ou de cunho etnográfico das suas populações.

O termo periferias urbanas tornou-se recorrente nos discursos quotidianos e nas políticas públicas, oscilando entre representações que retratam esses territórios como caóticos, incivilizados e violentos, e perspectivas que os celebram como locais de cultura, resistência e dignidade. Como argumenta Ana Rita Alves (2023, p. 57), em Portugal esta tensão reflete o modo como a noção de periferia tem sido, por um lado, moldada no debate público pelo “centro” académico, mediático e político; e, por outro lado, tem sido um espaço de resistência, pensamento crítico e organização coletiva. Nesta última perspectiva, as práticas artístico-culturais assumem um lugar proeminente, interpretadas como dispositivos de ressignificação desses “territórios feridos” (Ferrándiz, 2002) e emancipação dos que lá habitam, particularmente da sua juventude (e.g. Ferro et al., 2015; Castellano e Raposo, 2020; Leal, 2023; Costa e Lopes, 2023).

Com uma longa trajetória de atenção científica, as noções de subúrbio e de periferias urbanas estão ligadas ao debate sobre a “organização ecológica da cidade” (Park, 1973 [1916]), em que a Escola de Chicago foi precursora. Nessa conceção, os diferentes níveis de segregação (e de distância social) de um grupo em relação a outro seriam decisivos para a compreensão dos comportamentos, atitudes e valores dos cidadãos. Assim, a organização física das cidades – divididas em guetos, subúrbios residenciais de classe média, bairros étnicos, etc. – estaria ligada a modos de vida específicos e a uma certa ordem moral dos habitantes (Park, 1973 [1916]; Wirth, 1938). Este debate ganharia novas camadas nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo a partir da perspectiva marxista, cujo enfoque eram as desigualdades territoriais e a segregação socioespacial produzida a partir das estruturas hierárquicas da sociedade capitalista (Harvey, 1973; Castells, 1975; Lojkine, 1979). Sob essa perspectiva, os diferentes territórios da cidade são expressões de um modelo de crescimento urbano profundamente estratificado, em que a segregação socioespacial seria um dos elementos-chave para a compreensão das disparidades entre centro e periferias. O acesso limitado das populações mais pobres (e periféricas) às áreas centrais de consumo, emprego, serviços e lazer reforça este postulado.

A abordagem de Henri Lefebvre (2012 [1968]) sobre o “direito à cidade” é outro escopo de análise sobre a desigualdade no espaço urbano, precisamente devido ao foco estar naqueles a quem esse direito é negado. Empurrados para locais desvalorizados socialmente, o direito à cidade é exercido de forma precária pelos “sem-escolhas” (Donzelot, 2007) que vivem nas margens urbanas, impedidos de influenciar processos de urbanização que lhes garantam uma cidade mais justa. O estigma territorial e a desclassificação social desempenham um papel central na construção do estatuto de subalternidade

associado às pessoas que vivem nessas margens. Esses fatores retiram legitimidade às suas demandas na cena pública e favorecem a adoção de políticas estatais de penalização da pobreza que, frequentemente, acabam por reforçar a reprodução das desigualdades espaciais e a violência de Estado (Silva, 2008; Feltran, 2011; Blokland, 2019; Wacquant, 2023).

Com esta moldura teórica, importa debruçarmo-nos sobre as implicações conceptuais e epistemológicas da reflexão sobre as periferias urbanas na literatura portuguesa. Podemos colocar a questão da seguinte forma: quais são os significados atribuídos ao termo periferias urbanas nos estudos produzidos em Portugal? Que sentidos estão a ser elaborados, tanto pelas instituições estatais como pelos próprios moradores – em especial pelos artistas desses territórios –, em relação a essas periferias, enquanto categoria analítica e representacional dos territórios que lhes são associados?

Desde os anos 1970, pesquisadores portugueses refletem sobre esses temas a partir das questões da pobreza, trabalhando concretamente a precariedade na habitação e a suburbanização associadas ao crescimento urbano. A geógrafa Teresa Barata Salgueiro, num texto precursor, “Bairros clandestinos na periferia de Lisboa” (1977), debruça-se sobre o conceito de “construção clandestina”, uma vez que o crescimento dos bairros de autoconstrução⁷ foi uma constante entre os anos 1960 e 1980 na área metropolitana de Lisboa. A autora problematiza a periferia, ainda que sem uma reflexão detida sobre o emprego do termo, segundo três fatores ligados à localização destes bairros: (I) distância em relação ao local de trabalho; (II) proximidade com os limites administrativos da cidade central, nomeadamente Lisboa; (III) e o preço do terreno (Salgueiro, 1977). Na sua tese de doutoramento, o termo “suburbanização” ganhou preponderância em relação ao de “periferia” para debater o mercado de habitação na área metropolitana (Salgueiro, 1983).⁸ Se, no primeiro caso, ao ser utilizada para categorizar loteamentos “clandestinos” não urbanizados e formados por “barracas”, a noção de periferia carrega um sentido ontológico de exclusão; no segundo caso, a ideia de subúrbio é mobilizada para retratar o processo de urbanização de áreas rurais transformadas em habitação popular, à medida que entram em cena os “promotores de urbanização” (Salgueiro, 1983).

7 Optamos por denominar esses bairros como de “autoconstrução”, considerando os sentidos associados ao termo “clandestino”, que vincula tais territórios a significados pejorativos que essencializam os seus problemas urbanos na génese (irregular) do bairro, desconsiderando as lógicas de segregação urbana e de racialização do espaço.

8 Essas reflexões, ainda nos anos 1980, não serão alheias ao facto de a autora ter feito a sua pesquisa e dissertação de mestrado em Chicago, onde os debates sobre questões urbanas eram bastante vívidos.

Desde então, seguiram-se estudos produzidos em diversos campos disciplinares – sociologia, antropologia, geografia, arquitetura, serviço social, entre outros – que, embora não tenham necessariamente desenvolvido análises aprofundadas a respeito das periferias enquanto categoria analítica, contribuíram para ampliar a compreensão de fenômenos associados à pobreza, às desigualdades e à exclusão social. Nessas produções, destacam-se temas como metropolização, suburbanização e crescimento urbano (Ferreira, 1986; Vázquez, 1992; Baptista, 1996), habitação “clandestina” (Soares et al., 1985; Rodrigues et al., 1989), práticas de sociabilidade e modos de vida em bairros periféricos (Machado, 1985; Capucha, 1992), uso dos espaços associados à habitação (Bastos, 1990) e presença imigrante (Fonseca, 1988; Malheiros, 1996).

Essas temáticas, por outro lado, nem sempre tiveram como foco as periferias urbanas, havendo um conjunto de investigações centradas em bairros da capital entendidos como segregados e analisados sob o prisma da diversidade étnico-racial, das más condições de habitação e/ou da marginalidade. É o caso dos trabalhos de Freitas e Castro (1993), um estudo que evidenciava a multiculturalidade desses bairros; de Cardoso e Perista (1994), mais focado nos fatores da pobreza associada aos chamados “bairros degradados”; e de Miguel Chaves (1999), que analisou um bairro segregado próximo ao centro da capital, estigmatizado não apenas pela precariedade habitacional, mas, sobretudo, pelo consumo e tráfico de droga. A noção de exclusão social, por sua vez, cruza-se menos na literatura com as questões territoriais – para onde subúrbios e periferias parecem apontar –, sendo muitas vezes convocada como eufemismo de pobreza para analisar os contextos (sociais, históricos, políticos) de acumulação das desigualdades (e.g. Baptista, Cardoso e Perista, 2001).

Assim, essa diversidade de estudos e temas raramente era acompanhada por uma análise aprofundada dos significados atribuídos a “subúrbios” e “periferias”. Uma das exceções é o artigo de Álvaro Domingues (1994-1995), que apresenta uma primeira sistematização dessas categorias, criticando os modelos estáticos e uniformes a elas associados. Apesar da ausência de definições consensuais para os termos – e do predomínio de conotações negativas –, o autor sublinhava que é o grau de afastamento ao centro que esclarece os seus significados, destacando a “subalternidade face às áreas centrais” como chave para compreender a condição periférica desses territórios (Domingues, 1994-1995, p. 5).

Embora os chamados “bairros clandestinos” e de “gênese ilegal” fossem alvo de atenção dos municípios nos anos 1980,⁹ apenas na década seguinte as

9 Tais problemáticas dominaram as análises sobre a pobreza e a precariedade na habitação nos anos 1980 e 1990, em que os estudos feitos pelas câmaras municipais desempenharam →

periferias urbanas ganharam de facto visibilidade no debate público (Alves, 2013; Raposo et al., 2019), designadamente na área metropolitana de Lisboa. Intensificaram-se os debates sobre a crise habitacional que atravessava o país, aliada às necessidades de realojamento das populações a residir nos também chamados “bairros de barracas” (Cachado, 2013).¹⁰

A “descoberta da periferia” (Raposo et al., 2019, p. 9) nos anos 1990 significou um multiplicar de notícias jornalísticas de teor higienista que defendiam a erradicação dos bairros de autoconstrução, entendidos pelo prisma da precariedade, da imigração, da negritude e do crime.¹¹ Se, nesse período, os assuntos da imigração e das carências habitacionais dominaram a produção científica sobre as periferias urbanas, observa-se também uma crescente diversificação de temáticas abordadas. A partir dos anos 2000 surgiram estudos sobre as periferias na academia portuguesa centrados em temas como a mobilidade (Cachado et al., 2017), a educação (Seabra, 2010; Roldão, 2015), a religião (Bastos e Bastos, 2001; Lourenço, 2009), as sociabilidades e estilos de vida juvenis (Contador, 2001; Antunes, 2003; Raposo, 2007), e as estéticas e práticas artístico-culturais (Fradique, 2003; Campos, 2010; Raposo, 2010; Ferro, 2016). São trabalhos que contrariam a visão homogeneizadora das periferias urbanas como espaço marginal, “sem cultura” e fechado sobre si, trazendo uma visão plural e, por vezes, engajada desses territórios, desembocando, recentemente, em abordagens atentas aos fenómenos do racismo, do “direito à cidade” e das relações entre margem e centro. Ou seja, a ideia da segregação socioespacial das populações racializadas que vivem em bairros periféricos passou, recentemente, a ser pensada a partir da ligação com o racismo institucional “à portuguesa” (Raposo et al., 2019, p. 6), da “espacialização da raça” (Alves, 2021); bem como de formas específicas de “governamentalidade comunitária” daqueles que vivem nas margens urbanas (Raposo, 2022). Muitas das reflexões contidas nesses trabalhos passaram a compreender tais territórios a partir da

um importante papel no direcionamento das preocupações dessa altura. Ver: <http://gestual.fa.ulisboa.pt/projetos-de-investigacao/bairros-de-genese-ilegal/bibliografia-BcwBs6l21h>.

10 Os termos “bairro de barracas” e “barracas” usados na linguagem comum e na legislação do PER (ver nota seguinte) foram criticados por Cachado (2012, pp. 34-41), dado o seu uso pejorativo e erróneo sobre os complexos processos de construção dessas casas, que eram maioritariamente feitas em alvenaria.

11 Na década de 1990 foi promulgado o Plano Especial de Realojamento (PER) – Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio –, quando as discussões sobre carências habitacionais ganharam visibilidade no debate público (Cachado, 2013). Em simultâneo, foram realizados processos de regularização extraordinária de imigrantes, nos anos 1992/93. Tais eventos contribuíram para criar uma narrativa mediática marcadamente racializada sobre os bairros periféricos de Lisboa (Alves, 2021).

mobilidade e dos vínculos de suas populações com a cidade abrangente, destacando o papel ativo que desempenham tanto na produção de conhecimento quanto na elaboração de visões contraestigmatizadoras sobre os seus locais de vivência.

A emergência dessas perspectivas de análise está intimamente conectada à maior visibilidade do racismo no debate público em Portugal, a eclosão de movimentos negros e antirracistas atuantes, bem como à consolidação de uma literatura de inspiração decolonial, que vem sendo difundida dentro e fora do meio acadêmico (Araújo e Maeso, 2016; Henriques, 2018a; Kilomba, 2019; Roldão, Pereira e Varela, 2023). Paralelamente, assiste-se a uma explosão de produções artísticas afrodiáspóricas das populações historicamente invisibilizadas e alijadas dos espaços de poder em Portugal (Petrémont, 2024; Raposo e Castellano, 2024). Se a produção acadêmica sobre as periferias urbanas esteve praticamente separada dos debates pós-coloniais até há pouco tempo,¹² outras epistemologias urbanas conquistam paulatinamente visibilidade a partir da afirmação e valorização das identidades negras e periféricas na paisagem pós-colonial portuguesa.

Nos últimos anos, em Portugal, a ideia de periferias tem sido cada vez mais apropriada e reimaginada como um espaço simbólico e político de resistência, produção artística e afirmação da existência, em muito influenciada pela realidade brasileira. Neste âmbito, um exemplo significativo é o coletivo periférico multidisciplinar *Unidigrazz*, que reúne artistas de Mem Martins e cujo universo simbólico se centra na construção de novas narrativas descentralizadas no espaço urbano e na cultura. No âmbito da exposição coletiva “Linha Imaginária” apresentado no MU.SA – Museu das Artes de Sintra, o coletivo afirmava:

A periferia é um grande corpo narrativo que encontra nas artes urbanas os meios de expressão de valores e verdades que marcam o aglomerado de vivências que constituem o quotidiano das suas ruas. É nela que se vive nesta imanência da criação, nesta emergência que contesta a Linha Imaginária que pode isolar e circunscrever os espaços – seja em geografias ou em acessos – e reclama para si o lugar de protagonismo, o lugar de fala. Nascida como rutura, a arte produzida a partir da periferia urbana é plural, ousada, bela e efêmera, vive no anonimato e reinventa para si os lugares de exposição. [...] numa linha imaginária que converge a partir da margem e a desloca para outra centralidade. [Unidigrazz, 2021]

12 Há algumas exceções, como por exemplo Almeida (2000) e Sanches (2005). Contudo, nesses anos o debate pós-colonial estava sobretudo centrado na produção acadêmica, e não tanto na reparação nem no racismo, pelo que muitas questões ficaram nessa altura por debater. Importa, no entanto, notar que os autores referidos acompanharam as respetivas reflexões académicas ao longo dos anos seguintes.

Nessa exposição, o Unidigrazz propõe o deslocamento da Linha Imaginária que aprisiona a periferia a um espaço geográfico marginal da cidade, reivindicando não apenas visibilidade e “lugar de fala”, mas também novas formas de traçar fronteiras e de definir centralidades.

O conceito de periferia também tem sido mobilizado por movimentos sociais no país, não apenas como denúncia das desigualdades estruturais, mas também como motor de reivindicação, identidade e organização política. Um exemplo disso é a plataforma Vida Justa, com atuação significativa em bairros precarizados da Área Metropolitana de Lisboa, que declara: “Queremos que a periferia se torne o centro do combate político” (Vida Justa, 2024). Esta afirmação sintetiza uma inversão simbólica e estratégica: transformar o lugar socialmente marginalizado em palco central de contestação, produção de saberes e construção de alternativas políticas. Assim, as periferias deixam de ser apenas territórios à margem das esferas legítimas e estruturantes do mundo social – como a justiça, a cultura, a educação ou a habitação – para se afirmarem como espaços ativos de protagonismo, reinvenção coletiva e transformação urbana.

GESTÃO DAS PERIFERIAS URBANAS: REFLEXÕES SOBRE RACISMO, SEGREGAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

Os bairros segregados das periferias de Lisboa têm sido, desde há décadas, representados pelas narrativas mediáticas hegemónicas e pelas instituições políticas e governamentais como territórios de perigo. Além dos já referidos termos depreciativos “bairros clandestinos” ou “de barracas”, estes locais são descritos pelos *media* como locais de concentração de imigrantes, caracterizados como “guetos” e definidos pelas políticas públicas como “bairros problemáticos”, “bairros críticos”, “zonas de intervenção prioritária” ou “zonas urbanas sensíveis”. Mais do que discutir as condições de vida e as questões estruturais que afetam esses territórios, os meios de comunicação social enfatizam a criminalidade – tráfico de droga, delinquência, gangues juvenis –, contribuindo para a construção de uma perceção negativa, de insegurança e caos, desses lugares no imaginário público. Neste processo, responsabilizam os jovens que neles habitam, particularmente os afrodescendentes e roma-ciganos, pelos problemas de violência urbana.¹³

13 A capa do jornal *O Independente* (1993), intitulada “Alta tensão. Os serviços secretos investigaram os gangs negros e violentos em Portugal”, é paradigmática de um momento histórico em que a associação entre juventude negra e violência se torna frequente no discurso público em Portugal.

Na década de 1990, ganharam força e visibilidade em Portugal discursos que associavam – e ainda associam – a juventude racializada das periferias urbanas à criminalidade, gerando um clima de alarme social que influenciou a formulação de políticas públicas, como é o caso do Programa Escolhas.¹⁴ Paralelamente, intensificaram-se práticas de repressão policial moldadas por uma suposta ligação entre juventude, origem étnico-racial, criminalidade e território (Maeso et al., 2021), que acabam por transformar populações negras, imigrantes e roma-ciganas em suspeitos permanentes, ou seja, em potenciais criminosos. Não surpreende que a associação entre crime e juventude racializada de bairros periféricos tenha sido uma constante nos discursos institucionais e nos documentos oficiais do Estado, como se pode observar nos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI). Um exemplo é o caso do RASI de 1998, que mencionava que parte da delinquência juvenil e grupal “teria afloramentos etnorácicos”, sendo “manifestação de uma subcultura suburbana marginal [...] inconfundível com o modo de vida e com as práticas sociais das minorias étnicas” (RASI, 1999, p. 30).

Partindo da premissa de que a constituição dos espaços reproduz hierarquias raciais, Sherene Razak (2002) argumenta que “lugares” podem tornar-se “raça” e vice-versa. Ao explorar a dimensão racial dos espaços, a autora defende que certos lugares passam a integrar a própria construção da ideia de raça, num processo de influência mútua.

É inegável que a construção da ideia de “bairros de barracas”, “bairros sociais” ou “bairros problemáticos” nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto tem sido influenciada pela noção de raça na sociedade portuguesa. Esses territórios são produzidos e espacializados por uma topografia urbana hierarquizante, que os remete simbolicamente à “parte de baixo” da cidade, onde se reproduzem de forma sistemática dinâmicas de precariedade habitacional, segregação socioespacial, racismo institucional, estigmatização territorial e violência de Estado. Não por acaso, um conjunto de políticas públicas têm sido postas em prática para lidar com esses territórios e populações.

A segregação urbana de base étnico-racial no Portugal contemporâneo remete-nos para o surgimento de bairros autoconstruídos de maioria negra e/ou roma-cigana nas periferias urbanas, seguida por processos de realojamento.¹⁵

14 Esta constitui a principal política nacional de inclusão social voltada para crianças e jovens de “bairros vulneráveis”. Foi criada em 2001 em resposta a uma série de assaltos e a uma alegada tentativa de estupro de uma atriz de grande notoriedade que, à época, foram fortemente mediatizados em Portugal (Raposo, 2022).

15 A segregação urbana de base étnico-racial em Portugal tem raízes históricas. Durante a formação do reino, leis segregacionistas criaram “judiarias” e “mourarias”, marginalizando judeus e muçulmanos. Nos séculos XVI e XVII, alvarás régios oficializaram o bairro do Mocambo →

Criado em 1993 pelo governo de Cavaco Silva, o Programa Especial de Realojamento (PER) foi a principal política de habitação pública em Portugal, que realojou, segundo números oficiais, mais de 132 mil pessoas nas periferias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Allegra et al., 2017). Celebrado pelas instituições governamentais – em 2023 foram comemorados os seus trinta anos –, longos anos de demolições e realojamentos têm revelado procedimentos injustos, bem como práticas institucionais frequentemente opacas, pouco democráticas, violentas ou mesmo racistas (Alves, 2013, 2021). Desde despejos e demolições, por vezes realizados sem aviso prévio, com recurso à força policial e sem garantia de realojamento, até à deslocação para áreas distantes dos centros urbanos, marcadas pela falta de transportes e pelas dificuldades de acesso a serviços, em bairros com espaços públicos e infraestruturas precárias.

Grande parte dos edifícios construídos no âmbito do PER foram erguidos com materiais de baixa qualidade, propensos à rápida deterioração, e sem a participação dos moradores. O não envolvimento das populações locais provocou um desfasamento entre essa política e as demandas comunitárias. Famílias e vizinhos foram separados aquando do realojamento, resultando na desarticulação das redes de entreajuda dos antigos bairros e na atomização da vida de suas populações.¹⁶ Se a “erradicação das barracas” e o “realojamento daqueles que nelas residem” (Decreto-Lei n.º 163/93) eram os objetivos principais do PER, importa realçar que o foco estavam nas populações racializadas – ainda que fossem maioritariamente portuguesas, segundo o recenseamento desse programa (Alves, 2021). Assim, uma das consequências do PER foi intensificar a segregação urbana étnico-racial nas periferias urbanas (Raposo et al., 2019).

Outra importante política pública direcionada às populações racializadas de bairros autoconstruídos e de realojamento – especificamente às crianças e jovens – é o Programa Escolhas (PE). Instituído em 2001 na sequência de episódios altamente mediatizados de violência urbana, professava a “prevenção da criminalidade juvenil” e a “inserção de jovens dos bairros mais problemáticos”, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001 (Conselho de Ministros, 2001). Embora os princípios deste programa tenham sido alterados em 2004 para promover a “integração das crianças e jovens provindos de contextos socioeconómicos mais desfavoráveis e problemáticos”, o objetivo de

em Lisboa, confinando pessoas negras na capital. A população roma-cigana também enfrentou expulsões e perseguições legalizadas ao longo dos séculos que perpetuaram a sua exclusão social (Bastos, 2007; Ferreira, 2018).

16 Não defendemos, neste artigo, a obrigatoriedade do realojamento conjunto das populações; queremos apenas realçar que a implementação do PER desconsiderou a diversidade de realidades socioculturais ao não incluir a participação efetiva daqueles que foram diretamente abrangidos por esta política pública.

mitigar comportamentos considerados desviantes e monitorizar o tempo livre dos jovens permaneceu como uma de suas características centrais. Iniciativas que fomentam resiliência, empoderamento e protagonismo juvenil na definição de suas condutas ganharam destaque ao longo do projeto (Calado, 2014; Raposo, 2022), especialmente quando voltadas aos jovens em “situações de pré-delinquência”¹⁷ (Guerra et al., 2010, p. 8). A noção de integração torna-se, assim, um eufemismo para o controlo social, sob o pretexto de prevenção da delinquência, dos jovens classificados como sendo “de risco”, especialmente se forem afrodescendentes ou roma-ciganos de bairros das periferias urbanas. Entendidos como “inadaptados”, “disfuncionais” ou “problemáticos”, o PE reproduz um imaginário desqualificante acerca desses jovens (Maeso et al., 2021), que são alvo de intervenções sociais focalizadas, precárias e contingenciais, concebidas não para enfrentar as causas estruturais da exclusão, mas para torná-los mais governáveis e evitar que eles “caiam nas malhas do crime”. Atualmente, o PE encontra-se na sua 9.^a geração, com 118 projetos espalhados por 75 municípios e mais de 25 mil participantes para o triénio de 2023-2026, cujas atividades e comportamentos são monitorizados e sistematizados pela plataforma AGIL.¹⁸

Se o PE possui uma componente de controlo social e de gestão de riscos baseada numa ideia de inclusão meritocrática, a regulação e a vigilância dos jovens de territórios segregados também se manifestam de forma “musculada” por meio da repressão policial. O conceito de “zonas urbanas sensíveis” (ZUS), aplicado pelo Estado e a polícia a muitos bairros considerados segregados, evidencia a forma como se legitimam espaços de exceção que justificam regimes de governação mais rígidos e autoritários do que noutras partes da cidade. Desta forma, o Estado contribui para a estigmatização desses territórios “indisciplinados” (Uitermark, 2014, p. 1427), definindo-os como:

espaços que mantêm a sua forte relevância no aparelho securitário, não apenas pela concentração de grupos e de atividades criminosas, mas também por se assumirem como territórios eficazes para a mobilização de indivíduos com predisposição significativa a ações de subversão contra a autoridade do Estado. Estas áreas comportam diversos fatores de risco que, pela sua matriz criminosa, justificam uma abordagem, a título preventivo, no quadro de ameaças à segurança interna. [RASI, 2012, pp. 30-31]

17 A partir de 2009, o PE passou a dividir os participantes de cada projeto em “indiretos” e “diretos” (despacho normativo, 2009), priorizando e estabelecendo uma quota mínima para estes últimos, considerados em risco de delinquência.

18 Para uma análise mais aprofundada sobre o uso da noção de “jovens de risco” no Programa Escolhas, ver Raposo e Aderaldo (2019), Raposo (2022) e Abrantes et al. (2025).

Produto da Diretiva Estratégica n.º 16/2006, o termo ZUS foi introduzido no discurso público por meio do RASI de 2008, substituindo a antiga denominação “bairros problemáticos”, que figurava desde 2002 nesses relatórios. O léxico para caracterizar os bairros segregados das periferias de Lisboa e do Porto continuou a crescer nos anos 2000, influenciado por um conjunto de políticas públicas de intervenção experimental destinadas a reabilitar esses territórios, como é o caso do Programa Bairros Críticos e do Programa BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária). O primeiro foi criado em 2005 pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. Era um projeto-piloto de governança e requalificação urbana focalizado em três territórios – Vale da Amoreira (Moita), Cova da Moura (Amadora) e Lagarteiro (Porto) –, que foi descontinuado em 2012 por falta de verbas.¹⁹ O BIP-ZIP, por outro lado, é uma política pública da autarquia de Lisboa, concebida em 2011, com o objetivo de reforçar a coesão socio-territorial dos “bairros mais esquecidos ou abandonados”, por via de projetos participativos que envolvam a “auto-organização dos moradores” e uma “rede colaborativa” de “parceiros locais”.²⁰

Com objetivos mais securitários ou inclusivos, esta gramática de políticas públicas revela a forma como o Estado fabrica e administra as suas margens, ao mesmo tempo que produz categorias para esses territórios, frequentemente reforçando os estereótipos de anomia, incivilidade e delinquência associados aos seus moradores. Num contexto de retração do Estado social, as políticas urbanas de baixo custo impõem-se como mecanismo privilegiado de promoção da inclusão e da coesão social, em que a escala do bairro ocupa um lugar central (Uitermark, 2014). Mas a criminalização prévia de territórios e populações justifica também formas de governação específicas que naturalizam técnicas de vigilância e repressão violentas. Se Portugal é um dos países da Europa ocidental com maior incidência de violência policial (Henriques, 2018b), parte significativa desta tem um cariz racista, direcionada aos afrodescendentes,

19 A Iniciativas Bairros Críticos recebeu críticas por não ter cumprido parte dos seus objetivos, nomeadamente ações de requalificação das habitações e do espaço urbano. Ver Sousa (2008) e Soares (2012). Importa referir que os três bairros escolhidos eram territórios que não foram contemplados pelo PER.

20 Este programa encontra-se na sua 14.ª edição, tendo dinamizado 502 projetos. Participaram mais de 600 organizações, responsáveis pela promoção de cerca de 3000 atividades locais. Ver: <https://bipzip.lisboa.pt/index.htm>. Mais recentemente, foi posto em prática o Programa Bairros Saudáveis que, de alguma forma, complementava o BIP-ZIP, e que teve duas edições, com alguma reflexão académica na área da arquitetura. Embora o programa tenha sido descontinuado em 2024, a sua página permanece ativa podendo ser consultada em: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/>.

roma-ciganos e imigrantes de bairros periféricos. Tal panorama tem sido denunciado por organizações e instituições internacionais de monitorização e defesa dos direitos humanos, como a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2018), o Comité para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa (Council of Europe, 2020) e a Amnistia Internacional (2023). O assassinio de Odair Moniz por um agente policial no bairro da Cova da Moura, em outubro de 2024, seguido da invasão policial – sem justificação ou mandato – da casa de seus familiares no bairro do Zambujal, poucos dias após o ocorrido, evidencia como as lógicas da violência policial, do racismo institucional e do estigma territorial se interligam na disciplinarização das populações racializadas que habitam as periferias urbanas.

A hipervisibilidade mediática de alguns dos bairros estigmatizados das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto enquanto *loci* de desordem e marginalidade não é alheia aos processos de racialização do crime e da periferia. Em 2019 tornou-se público que a Diretiva Estratégica n.º 16/2006 da PSP usava, desde pelo menos 2006, a “composição étnico-racial” dos bairros como um dos parâmetros para determinar o seu grau de risco, em especial nas chamadas ZUS (Henriques, 2019). Ao mesmo tempo, dois dos mais recentes Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI 2022, 2023) vinculam não só a ideia do crescimento e risco dos gangues juvenis, como associam diretamente o hip hop, e especificamente o *drill*, à “criminalidade grupal” – um discurso que naturaliza preconceitos raciais com reverberações no quotidiano das forças de segurança pública. Isso decorre da evidente “linha de cor” (Du Bois, 1964 [1935]) presente no discurso desses relatórios, que criam categorias de identificação criminal que se ajustam particularmente aos jovens afrodescendentes de bairros segregados, mesmo na ausência de menções explícitas a categorias étnico-raciais.²¹ Desta forma, tais relatórios revelam a forma como o Estado promove o racismo institucional, ao conceber uma “geografia criminal”²² vinculada a bairros e estilos de vida percebidos como disruptivos (hip-hop, em especial o *drill*), em que a dimensão racial permanece subjacente (Duarte, 2022).

Importa assinalar que um maior aprofundamento de análises sobre a segregação urbana em Portugal esbarra no facto de o Estado continuar a recusar a recolha de dados étnico-raciais (Roldão et al., 2019) – apesar de, como vimos, a polícia o fazer. A segregação urbana combina desigualdade na distribuição

21 Os discursos que vinculam os jovens *rappers* (ou do hip hop) a comportamentos desviantes não são novidade, tampouco o uso dos símbolos dessa cultura urbana para incitar o medo e o alarme social através de estereótipos raciais que associam os seus adeptos a gangues de negros violentos.

22 Este termo foi utilizado num dos relatórios (RASI, 2009, p. 158).

espacial de recursos com dinâmicas diferenciadas de representação e de poder simbólico (Elorza, 2019; Wacquant, 2023). Assim, o acesso ao espaço urbano reproduz divisões étnico-raciais e de classe, modelando tanto as experiências de habitar como as percepções públicas dos territórios da cidade. Compreender a segregação exige, portanto, analisar as intersecções de classe, raça, etnia e local de nascimento, em articulação com o género²³ e outros fatores sociais e económicos.

Como têm vindo a alertar coletivos dos movimentos negros e antirracistas, juntamente com diversas instituições internacionais, sem um levantamento censitário das populações racializadas torna-se difícil compreender detalhadamente os efeitos do racismo, da marginalização social e da segregação urbana na sociedade portuguesa, bem como implementar políticas afirmativas que promovam a igualdade étnico-racial (*Público*, 2018). A negação deste direito às pessoas racializadas é um exemplo do racismo institucional em Portugal e evidencia como as instâncias de poder, ao desconsiderarem as intersecções entre raça, classe, género e outras dimensões da desigualdade, impossibilitam sistematicamente a abertura de um debate público efetivo sobre este tema.

PERIFERIAS EM DIÁLOGO: CONTRIBUTOS DO PENSAMENTO URBANO BRASILEIRO PARA A PESQUISA EM PORTUGAL

A produção académica sobre periferias urbanas em Portugal, além de elaborar entendimentos de texturas e complexidades múltiplas, também colaborou na formação de uma constelação de termos que nomeiam diferentes dimensões e processos desses territórios. Muitos deles passaram a integrar o léxico das instituições e dos *media*, produzindo efeitos (nem sempre positivos) nas representações sobre as periferias. Algumas categorias reforçaram perspetivas estigmatizantes e despolitizadoras, com especial destaque para aquelas associadas à criminalização de territórios e populações, ao racismo e à persistência do imaginário lusotropicalista.²⁴ A emergência de abordagens que articulam

23 A dimensão de género é central na análise da segregação urbana, uma vez que as experiências de habitar, circular no espaço público e aceder às infraestruturas urbanas são marcadas por desigualdades de poder entre mulheres, homens e pessoas não-binárias. Porém, dado o foco e os limites deste artigo, esta dimensão não será desenvolvida em detalhe.

24 O lusotropicalismo foi uma ideologia oficialmente adotada por Portugal na segunda metade do século xx, a partir das teorias de Gilberto Freyre (2003 [1933]), cuja narrativa sublinhava o excecionalismo português na relação com o “Outro”, baseada no respeito, pacifismo e até mesmo na miscigenação harmónica. Embora essa ideologia tenha sido utilizada para legitimar a manutenção do império colonial após a II Guerra Mundial, o lusotropicalismo →

uma perspectiva interseccional ao pensamento sobre o urbano, como no caso daquelas que levam em conta as dinâmicas raciais (e racistas), mencionadas na secção anterior, dá conta de que ainda há um longo caminho a trilhar no sentido de ampliar o entendimento e o debate sobre o conceito de periferias urbanas. O percurso desse debate na academia brasileira, particularmente nos estudos urbanos paulistas, revela-se profícuo para refletirmos sobre o conceito de periferias urbanas no contexto português, considerando a influência estabelecida ao longo das últimas décadas. O contexto empírico distinto, no lugar de ser um impeditivo nesta elaboração de entendimento, permite alargar a compreensão sobre a polissemia e polifonia dessa noção, aqui empregue no plural, considerando os seus múltiplos sentidos e estatutos. Estes variam não apenas consoante o panorama nacional e local, mas também segundo a perspectiva e o “lugar de fala” de quem a enuncia (Ribeiro, 2017).

Periferia, enquanto conceito, emerge com as produções pioneiras dos Estudos Urbanos de São Paulo (Bava, 1983; Montes, 1983; Caldeira, 1984; Magnani 2003 [1984]; Telles, 1985; Macedo, 1985; Niemayer, 1985; Zaluar, 1985; Sader, 1988), entre as décadas de 1970 e 1980, com um importante papel das professoras Eunice Durham (1986) e Ruth Cardoso (1986) na orientação de muitos desses trabalhos.²⁵ Tais escritos buscavam compreender as transformações da primeira metade do século xx, que alteraram a composição populacional e a estrutura material e produtiva da cidade, modificando profundamente a experiência urbana de seus habitantes. Temas como periferação, autoconstrução de moradias populares, lutas dos movimentos sociais e superexploração da força de trabalho ganharam proeminência nos debates relacionados à segregação urbana. Em muitos destes textos, a delimitação do conceito de periferia, empregue no singular, era feita em associação ao seu polo oposto, o centro, caracterizado pela oferta de serviços, equipamentos públicos e pela ocupação por elites e indivíduos de classes privilegiadas. Esta leitura binária da cidade e da segregação urbana resultou em uma caracterização homogeneizante das periferias urbanas. Esse entendimento, porém, começaria a ser questionado na academia, a partir da década de 1990, à medida que São Paulo passava por novas transformações e os indicadores sociais dos Censos de 1991 e 2000 desafiavam esses postulados (Caldeira, 2000; Frúgoli Jr., 2000; Telles, 2006; Magnani, 2007; Feltran, 2011; Marques, 2015).

Antes mesmo de tal caracterização ser questionada, a noção de periferias urbanas teve o seu uso ampliado para além da academia. Um dos seus trânsitos

→ continua a marcar significativamente a sociedade portuguesa, que ainda se define como uma nação tolerante, inclusiva e desprovida de racismo (Castelo, 1998; Almeida, 2000).

25 Para um aprofundamento desse debate na perspectiva da antropologia, ver Magnani (2012).

foi a utilização do termo, sobretudo nos meios de comunicação e nas políticas estatais, no léxico da cartografia hierárquica de São Paulo com base em uma conceção estereotipada e estigmatizante – num processo com semelhanças ao que ocorreu no contexto português. Assim, os territórios associados a essa representação passaram a ser concebidos, por certos grupos de pessoas e interesses, como um problema a ser resolvido ou evitado. Contudo, este não foi o único movimento do termo fora da academia. Estudos produzidos a partir dos anos 2000, especialmente de cunho etnográfico, chamaram atenção para o emprego da noção de periferias urbanas sob outros registos, destacando os usos e representações elaboradas a partir de quem nelas vive (Aderaldo, 2017; Bertelli e Feltran, 2017; Pereira, 2018; D’Andrea, 2022). Essas abordagens procuraram identificar não apenas o impacto das representações nos territórios, mas compreender o modo como essas elaborações foram ressignificadas pelas próprias comunidades retratadas, que as reinventam e as devolvem à academia com novos referentes epistémicos e estruturas de representação. Mais do que “dar voz” às pessoas que enfrentam condições de subalternidade, tratou-se, antes, de reconhecer a potência das populações das periferias urbanas na produção de saberes, conhecimentos e imaginários.

São Paulo oferece um caso paradigmático a este respeito, onde o percurso da noção de periferia – emergindo na academia, se transformando fora dela para, então, desafiar os pressupostos científicos novamente dentro da universidade – vem influenciando debates e agendas públicas locais, mas não apenas. A adoção da noção de periferias para além dos muros da universidade remete aos anos 1980, com forte influência dos movimentos sociais, especialmente os de moradia, fundamentais no processo de apropriação e reinvenção do próprio termo pelos moradores dos territórios assim nomeados (Frederico, 2013; D’Andrea, 2022). Contudo, foi nos anos 1990 que o uso do conceito de periferias urbanas alcançou maior abrangência, impulsionado por práticas artísticas e culturais, particularmente a cultura hip hop e, dentro desta, o rap. Estas práticas expressivas complexificaram o termo, associando a ele dimensões positivas sem, no entanto, negar as ambivalências, tensões e precariedades enfrentadas nos territórios. Periferias, *enquanto ideia*, passaram a ser compreendidas como um lugar no mundo que molda uma maneira de ser, uma experiência partilhada multifacetada e corporificada, um posicionamento político e um *proceder* (Aderaldo, 2017; Pardue, 2017; Pereira, 2018; D’Andrea, 2022). Este processo de apropriação e transformação teve implicações epistemológicas profundas: a emergência de uma geração de “sujeitas e sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2022) que reivindicaram seu estatuto como produtores/as de conhecimento – recusando a posição de meros objetos de estudo – desestabilizou os marcos teóricos dos estudos urbanos paulistas e

exigiu novas abordagens que reconhecessem as periferias não apenas como territórios de carência, mas como espaços de produção de saberes, estéticas e epistemologias próprias.

O modo como a noção de periferias urbanas tem sido trabalhada no Brasil, em diálogo com outros trabalhos vindos do Sul Global, evidencia como a articulação entre saberes, territórios e racialidades se reproduz nas diferentes escalas das cidades. Esta produção demonstra que o enfrentamento do tema das epistemologias significa desafiar cânones acadêmicos e suas geografias de saber e poder, sem se furtar de debates que levem à elaboração de outros léxicos e marcos teóricos. Os debates brasileiros sobre a noção de periferias urbanas oferecem aprendizados relevantes para pensar no contexto português, particularmente no que se refere aos processos de apropriação e ressignificação de categorias analíticas pelos moradores dos territórios assim nomeados – e os atravessamentos dessas elaborações nos próprios entendimentos acadêmicos.

Reflexões inovadoras sobre as periferias urbanas têm sido realizadas por artistas portugueses que as habitam, seja através da música rap, seja por meio de intervenções visuais, algumas das quais a desafiar as tradicionais dualidades centro-periferia. Um caso paradigmático foi a exposição “Cidade à volta da Cidade”, realizada pelo artista Tristany Mundu, integrante do coletivo Unidigrazz, no Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian. Por via de um conjunto de “bandeiras” e projeções de vídeo, o artista teceu imaginários, memórias e identidades que enaltecem a Linha de Sintra, região onde vive, ao mesmo tempo que desconstrói visões que enclausuram as periferias como “espaços ‘colônias’ da cidade de Lisboa” (Tristany, 2025a). Para além de ressignificar a noção de periferia(s), Tristany opera um deslocamento epistêmico que questiona a própria categoria, algo que se revela da seguinte forma em sua fala:

Fazia muita impressão chamar o sítio onde eu vivo periferia. Parece que trabalhar com elementos que surgem da periferia a níveis artísticos está sempre associado ao associativismo, ou então a causas sociais. [...] Ou a caridade, sempre elementos assim. E de alguma maneira eu queria trabalhar com elementos artísticos. E então o nome foi a primeira grande muleta para dizer: “Ah não, eu vou me normalizar com aquilo que está a acontecer.” Então, eu não sou uma periferia, eu sou uma cidade à volta de outra cidade. Mas a outra cidade também pode estar à minha volta. Se fomos ver, o espaço da Linha de Sintra (entre Amadora e Sintra) é o sítio mais povoado de Portugal, é o sítio com mais jovens. [...] Não podemos ficar indiferentes porque nesses espaços está a acontecer cultura, mas não existem espaços culturais. [Tristany, 2025b]

A problemática abordada por Tristany converge com as reflexões mais recentes do pesquisador paulista Guilherme Aderaldo, que enfatiza as

“experiências móveis” daqueles que habitam as periferias urbanas²⁶ (Aderaldo, 2025). Trata-se de uma posição político-epistêmica que recusa compreender os seus habitantes como o “outro” da cidade, tampouco as periferias como margens necessariamente associadas às “causas sociais”, à “caridade” ou a um lugar “sem cultura”. Ou seja, para Tristany e Aderaldo, os sentidos de periferias urbanas não podem ser circunscritos apenas a geografias distantes do centro, numa perspectiva sedentária que os subalterniza em relação aos cidadãos cosmopolitas da cidade legítima, entendidos como fiéis operadores do mundo. Não é por acaso que Tristany rearticula a sua “periferia” como “cidade”, conferindo-lhe uma centralidade – cultural, artística, juvenil – que lhe é sistematicamente negada pelas instâncias de poder, ao mesmo tempo em que reivindica “trabalhar com elementos artísticos” que não precisam, necessariamente, de estar associados às margens urbanas.

Pensar as periferias urbanas no contexto português implica, portanto, reconhecer não apenas os efeitos de desigualdade socioespacial, mas também promover deslocamentos epistêmicos capazes de tensionar os dualismos presentes no imaginário social urbano, especialmente aqueles que contrapõem esses territórios à própria noção de cidade ou os mobilizam como metáfora de pobreza, incivilidade e perigo.

Em diálogo com autores do pensamento decolonial do Sul Global (Glissant, 1999; Mignolo, 2009; Spivak, 2010; Roy, 2011; Freire-Medeiros e Name, 2019), importa criar epistemologias urbanas que traduzam formas não hegemônicas de habitar e rompam com narrativas distópicas e apocalípticas na representação das classes trabalhadoras e populares, parte significativa delas racializadas. Estas não podem ser reduzidas a um mero objeto de representação e conhecimento, nem os seus territórios entendidos pela ótica da carência, da apatia e da homogeneidade. Assim, torna-se necessário fomentar um entrelaçamento de escutas, artes e experiências, no qual os saberes práticos das populações periféricas sejam efetivamente trazidos para a academia, num quadro de comprometimento e reciprocidade, com vista à produção de um pensamento crítico e emancipatório sobre a cidade.

26 Algumas dessas ideias foram problematizadas no texto de Guilherme Aderaldo com Diego Peralta (2024) sobre coletivos audiovisuais periféricos de São Paulo, cujos sentidos de representação das periferias urbanas não se caracterizavam pela distância física espacial em relação ao centro, mas por experiências de marginalização social na cidade abrangente. Mais tarde, Aderaldo aprofundou tais questões em sua apresentação na Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2025, a quem agradeço pela troca de ideias e *insights* provocados.

NOTAS CONCLUSIVAS

Como foi debatido ao longo do texto, o conceito de periferias urbanas adquiriu, no contexto português, uma abrangência que anteriormente não detinha. Até à década de 1990, privilegiavam-se as designações “subúrbio” ou “bairros clandestinos” para nomear determinados territórios socialmente precarizados, distantes do centro e habitados pelas classes trabalhadoras e populares. Gradualmente, o termo periferias urbanas emergiu como uma importante categoria de análise na comunidade científica portuguesa. Essa temática ingressou no debate público por meio de conteúdos mediáticos e institucionais depreciativos e estereotipados, num contexto marcado pela crise habitacional e pelo aumento da visibilidade da imigração. No entanto, a participação de moradores e artistas periféricos na disputa simbólica pela representação social dos bairros onde vivem não pode ser ignorada. Pelo contrário, a valorização desses territórios e das suas populações manifestou-se desde o primeiro momento através da cultura hip hop, de festas comunitárias e do engajamento político associativo. Partindo de uma perspetiva contraestigmatizadora, o termo periferias urbanas juntou-se a outros já habitualmente utilizados – como “bairro”, “gueto” e “subúrbios” –, tornando-se um símbolo de pertença e resistência às subalternidades impostas a quem lá vive. Essa identidade periférica revalorizada pela juventude também emerge em conceitos *emics* como Red Eyes Gang, Kova M, Chelas City ou Torre 404.²⁷ Essa utilização promove deslocamentos epistémicos importantes face à velha dualidade centro-periferia e à vivência das desigualdades nos diferentes territórios da cidade. Ao articular agência política e narrativas contra-hegemónicas sobre os seus territórios de sociabilidade, aqueles que vivem nas margens urbanas tornam-se protagonistas da sua própria história. Esses novos saberes, produzidos por populações até então entendidas como apáticas e “sem cultura”, chamaram a atenção de académicos, jornalistas e outros setores da sociedade portuguesa para o seu papel como sujeitos políticos, abrindo enfoques sobre as periferias portuguesas até então ignorados. Atualmente, a noção de periferias urbanas está difundida em políticas

27 Chelas City e Torre 404 designam bairros da área metropolitana de Lisboa – uma vasta zona habitacional da freguesia de Marvila (Lisboa) e o bairro da Torre (Cascais), respetivamente – que se afirmaram, em letras de rap e em murais de *street art*, como símbolos de pertença. Red Eyes Gang e Kova M, por sua vez, são nomes de *crews* de rappers de bairros específicos – neste caso, da Arrentela e da Cova da Moura – que atuam também como emblemas de identidades localmente construídas. Como demonstrado num estudo anterior (Raposo, 2010), a visibilização desses territórios em rimas, *graffitis* e performances constitui uma forma criativa de requalificar coletivamente tanto esses lugares quanto os próprios moradores, subvertendo os estereótipos tradicionais.

públicas,²⁸ museus²⁹ e festivais de arte urbana, como o Iminente, cuja edição de 2023 teve como lema “trazer a periferia ao centro”.

Ao examinarmos as formas como o termo periferias urbanas tem sido utilizado ao longo das últimas décadas, percebemos que o início deste percurso é complexo e que diversas disciplinas das ciências sociais contribuíram para ele. Se o contexto académico brasileiro desempenhou um papel fundamental na produção de literatura e no debate, é igualmente relevante destacar os esforços recentes dos movimentos negros e antirracistas em Portugal, bem como de um conjunto de artistas das periferias, que têm buscado visibilizar as opressões raciais e territoriais presentes na urbe.

A acumulação gradual de pesquisas etnográficas *na e da cidade*, advindas em grande parte de esforços sociológicos e antropológicos com enfoque urbano, juntamente com o percurso das investigações mencionadas ao longo deste artigo, contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das periferias portuguesas e para o aperfeiçoamento das formas de as analisar. Contudo, são necessários mais estudos que reconheçam e enfrentem os efeitos da desigualdade económica, da segregação socioespacial e do racismo institucional na produção das periferias urbanas em Portugal, convocando, de forma sistematizada, os saberes “periféricos” e “populares” na produção científica. Assim, importa abrir novos horizontes para não cairmos na armadilha epistémica de pensar as vivências das suas populações sob a ótica da homogeneização, da marginalidade e da imobilidade. As práticas artísticas revelam a produção simbólica e intelectual desses lugares, desafiando interpretações estereotipadas e promovendo a descolonização do imaginário urbano.

28 A Direção Geral das Artes (DGArtes) de Portugal abriu em 2024 um concurso de apoio a projetos artísticos nas periferias, intitulado *Arte e Periferias Urbanas*, cujo objetivo é “promover o acesso à criação e fruição culturais e valorizar a interligação entre dinâmicas culturais das periferias e dos ‘centros’, fomentado a coesão em contexto urbano”. Ver: <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/7187>.

29 A exposição “Interferências – Culturas urbanas emergentes” no MAAT (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia), em 2022, foi um marco importante no campo das artes periféricas em Portugal. Ver: <https://www.fundacaoedp.pt/pt/node/15401>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS

- Amnistia Internacional (2023), *Amnistia Internacional – Relatório Anual 2022/2023*. Disponível em https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2023/04/AI_Relatorio_Portugal_2022.pdf.
- Council of Europe (2020), *Report to the Portuguese Government on the Visit to Portugal Carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 3 to 12 December 2019*, Strasbourg, Council of Europe. Disponível em <https://rm.coe.int/1680ao5953>.
- Conselho de Ministros (2001), *Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 janeiro. Diário da República*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/4-2001-239016>.
- Conselho de Ministros (2004), *Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril. Diário da República*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/60-2004-302289>.
- ECRI – European Commission against Racism and Intolerance (2018), *ECRI Report on Portugal (fifth monitoring cycle)*, Strasbourg, Council of Europe. Disponível em <https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal/16808de7da>.
- RASI (1999), *Relatório Anual de Segurança Interna Referente ao Ano de 1998*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Disponível em [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/14Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI_1998.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/14Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI_1998.pdf).
- RASI (2009), *Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2008*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Disponível em <https://onvg.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/31/2019/11/RASI-2008.pdf>.
- RASI (2012), *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-RASI_2011.pdf.
- RASI (2022), *Relatório Anual de Segurança Interna 2021*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAABAAzNLIoNgcAIUgtZwUAAAA%3D>.
- RASI (2023), *Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2022*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAAA%3D>.

PERIÓDICOS

- FERREIRA, P. (2018, janeiro), “Portugal de brancos costumes: racismo institucional e ciganofobia”. *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*.
- HENRIQUES, J. G. (2018b, 27 de fevereiro), “Portugal é dos países europeus com mais violência policial”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/02/27/sociedade/noticia/conselho-da-europa-diz-que-portugal-e-dos-paises-europeus-com-mais-violencia-policial-1804518>.
- HENRIQUES, J. G. (2019, 18 de fevereiro), “PSP usa critérios étnicos para avaliar risco de zonas urbanas sensíveis”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/18/sociedade/noticia/psps-usa-criterios-etnicoraciais-avaliar-risco-zonas-urbanas-sensiveis-1861983>.

- O Independente* (1993, 3 de setembro), “Alta Tensão. Os serviços secretos investigaram os gangs negros e violentos em Portugal”.
- Público* (2018, 4 de fevereiro), “Recolha de dados étnico-raciais sim, mas com quem, como e para quê?”. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/02/04/sociedade/opiniao/recolha-de-dados-etnicoraciais-sim-mas-com-quem-como-e-para-que-1801635>.
- ROLDÃO, C., BA, M., ARAÚJO, M. (2019), “Recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021: um passo à frente no combate ao racismo”, *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/04/16/sociedade/opiniao/recolha-dados-etnicoraciais-censos-2021-passo-frente-combate-racismo-1869349>.
- SOARES, M. (2012), “Programa Bairros Críticos estava moribundo e acabou por falta de verbas”. *Público*, 8 de maio. Disponível em <https://www.publico.pt/2012/05/08/local/noticia/programa-bairros-criticos-estava-moribundo-e-acabou-por-falta-de-verbas-1545255>.



- ABRANTES, P., RAPOSO, O., FERRO, L., VARELA, P., LACERDA, B., SEABRA, T., SADOCK, M., MOREIRA, L., LOPES, J. T. (2025), “Políticas públicas de inclusão de jovens em contextos periféricos: o caso do programa Escolhas (2001-2023)”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 109, pp. 1-22.
- ADERALDO, G. (2017), *Reinventando a Cidade: Uma Etnografia das Lutas Simbólicas entre Coletivos Culturais Vídeo-Ativistas nas “Periférias” de São Paulo*, São Paulo, Annablume.
- ADERALDO, G. (2024), “Lugares, desigualdades e (i)mobilidades: reflexões em diálogo com o audiovisual ‘periférico’ paulista”. *Antropolítica*, 56 (2), pp. 1-22.
- ADERALDO, G. (2025), “Imagens da ‘cosmópolis’: engajamento audiovisual periférico e a crítica à perspectiva dualista da desigualdade socioespacial urbana”, *XV RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul*, GT 177: Trabalhos criativos: Olhares etnográficos sobre práticas culturais e políticas públicas nas periferias urbanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ÁGOAS, F. (2013), “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, 206 (1), pp. 221-256.
- ALLEGRA, M., TULUMELLO, S., FALANGA, R., CACHADO, R., FERREIRA, A. C., COLOMBO, A., ALVES, S. (2017), *Um Novo PER? Realojamento e Políticas de Habitação em Portugal*, Policy Brief 2017, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, M. V. (2000), *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras, Celta
- ALVES, A. R. (2013), *Para Uma Compreensão da Segregação Residencial: O Plano Especial de Realojamento e o (Anti-)Racismo*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES, A. R. (2021), *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*, Lisboa, Tigre de Papel.
- ALVES, A. R. (2023), “Thinking the periphery: self-production, displacement and resistance”. In P. Costa, R. V. Lopes (coord.), *Having a Voice: Peripheries and Participation at the Heart of Cultural Policies*, Lisboa, DinâmiaCet-Iscte, pp. 49-60.
- ANTUNES, M. (2003), “‘O grupo é a minha alma’: amizade e pertença entre jovens”. In G. I. Cordeiro, L. V. Baptista, A. F. Costa (eds.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 143-155.

- ARAÚJO, M., MAESO, S. (2016), *Os Contornos do Eurocentrismo: Raça, História e Textos Políticos*, Coimbra, Almedina.
- BAPTISTA, I., CARDOSO, A., PERISTA, P. (2001), “Pobreza, exclusão social e transições em ciclo de vida”. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 2, pp. 57-71.
- BAPTISTA, L. V. (1996), *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação*. Lisboa, Século Vinte. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- BASTOS, J. G. P. (2007), “Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?”. In M. Montenegro (org.), *Ciganos e Cidadanias*, Lisboa, Cadernos ICE, n.º 9, pp. 61-96.
- BASTOS, S. T. (1990), *A Comunidade Hindu da Quinta da Holandesa. Um Estudo Antropológico sobre Organização Socio-Espacial da Casa*, Lisboa, LNEC.
- BASTOS, S., BASTOS, J. (2001), *De Moçambique a Portugal – Reinterpretações Identitárias do Hinduísmo em Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente.
- BAVA, S. A. C. (1983), *Práticas Cotidianas e Movimentos Sociais: Elementos para a Reconstituição de Um Objeto de Estudo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BERTELLI, G. B., FELTRAN, G. (2017), *Vozes à Margem: Periferias, Estética e Política*, São Paulo, EDUFscar.
- BLOKLAND, T. (2019), “‘We live like prisoners in a camp’: Surveillance, governance and agency in a US housing project”. In J. Flint, R. Powell (eds.), *Class, Ethnicity and State in the Polarized Metropolis*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 53-79.
- CACHADO, R. (2012), *Uma Etnografia na Cidade Alargada. Hindus da Quinta da Vitória em Processo de Realojamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- CACHADO, R. (2013), “O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória”. *Etnográfica*, 17 (3), pp. 477-499.
- CACHADO, R. (2018), “A Etnografia Urbana em Portugal e suas redes com o Brasil”. In R. Gonçalves, L. Ferro (eds.), *Cidades em Mudança. Processos Participativos em Portugal e no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad Editora, pp. 41-56.
- CACHADO, R., CARMO, R., FERREIRA, D., SANTOS, S. (2017), “Usos e meios de transporte na Área Metropolitana de Lisboa: uma abordagem qualitativa da mobilidade”. *Análise Social*, 52 (223), pp. 392-415.
- CALADO, P. (2014), “O papel da educação não-formal na inclusão social: a experiência do Programa Escolhas”. *Interações*, 29, pp. 60-94.
- CALDEIRA, T. (1984), *A Política dos Outros: Cotidiano dos Moradores da Periferia e o Que Pensam do Poder e dos Poderosos*, São Paulo, Brasiliense.
- CALDEIRA, T. (2000), *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, São Paulo, Ed. 34 e Edusp.
- CAMPOS, R. (2010), *Porque Pintamos a Cidade? Uma Abordagem Etnográfica ao Graffiti Urbano*, Lisboa, Fim de Século.
- CAPUCHA, L. (1992), *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- CARDOSO, A., PERISTA, H. (1994), “A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 15, pp. 99-111.
- CARDOSO, R. (1986), *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- CASTELLANO, C. G., RAPOSO, O. (2020), “Bottom-up creativity and insurgent citizenship in ‘Afro Lisboa’: Racial difference and cultural commodification in Portugal”. *Cultural Dynamics*, 32 (4), pp. 328-351.
- CASTELLS, M. (1975), “Immigrant workers and class struggles in advanced capitalism: the Western European experience”. *Politics and Society*, 5, pp. 33-66.
- CASTELO, C. (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.
- CHAVES, M. (1999), *Casal Ventoso: Da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CONTADOR, A. C. (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta.
- COSTA, R. V., LOPES, R. V. (coord.) (2023), *Having a Voice: Peripheries and Participation at the Hearth of Cultural Policies*, Lisboa, DinâmiaCet-Iscte.
- D’ANDREA, T. P. (2022), *A Formação das Sujeitas e dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*, São Paulo, Editora Dandara.
- DOMINGUES, Á. (1994-95), “(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1 (10-11), Porto, pp. 5-18.
- DONZELOT, J. (2007), “City policy revisited”. *Espaces et sociétés*, 130 (3), pp. 175-180.
- DU BOIS, W. E. B. (1935 [1964]), *Black Reconstruction in America: 1860-1880*, Cleveland, World Publishing Company.
- DUARTE, D. (2022), “Corpos e geografias da criminalidade nos Relatórios Anuais de Segurança Interna”. *Shifter*. Disponível em <https://shifter.pt/2022/10/corpos-e-geografias-da-criminalidade-nos-relatorios-anuais-de-seguranca-interna/>.
- DURHAM, E. R. (1986), “A sociedade cidade vista da periferia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (1), pp. 84-99.
- ELORZA, A. (2019), “Segregación residencial y estigmatización territorial. Representaciones y prácticas de los habitantes de territorios segregados”. *EURE*, 45 (135), pp. 91-110.
- FELTRAN, G. (2011), *Fronteiras de Tensão: Política e Violência nas Periferias de São Paulo*, São Paulo, Editora Unesp.
- FERRÁNDIZ, F. (2002), “Espíritus de la violencia. Los malandros en el culto de María Lionza”. In C. Feixa, F. Ferrándiz (eds.), *Violencia y culturas*, Madrid, FAAEE, pp. 2-30.
- FERREIRA, V. M. (1986), “O processo de metropolização de Lisboa: estruturação territorial e ordenamento urbano”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, pp. 23-54.
- FERRO, L. (2016), *Da Rua para o Mundo: Etnografia Urbana Comparada do Graffiti e do Parkour*, Lisboa, ICS-UL.
- FERRO, L., RAPOSO, O., GONÇALVES, R. S. (eds.) (2015), *Expressões Artísticas Urbanas: Etnografia e Criatividade em Espaços Atlânticos*, Rio de Janeiro, Mauad x.
- FIOLHAIS, C., SIMÕES, C., MARTINS, D. (eds.) (2013), *História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e o Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FONSECA, M. L. (1988), “As migrações para a área metropolitana de Lisboa. Dos anos sessenta aos anos oitenta”. *Povos e Culturas*, 3, pp. 267-298.
- FRADIQUE, T. (2003), *Fixar o Movimento: Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- FRANÇA, T., PADILLA, B. (2016), “Acordos bilateral de cooperação académica entre Brasil e Portugal: internacionalização ou (pós)colonização universitária?”. *Udual*, 16 (69), pp. 57-73.
- FREDERICO, C. (2013), “Da periferia ao centro: Cultura e política em tempos pós-modernos”. *Estudos Avançados*, 27 (79).

- FREIRE-MEDEIROS, B., NAME, L. (2019), “Epistemologia da laje”. *Tempo Social*, 31 (1), pp. 153-172.
- FREITAS, M. J., CASTRO, P. (1993), “Vale do Areeiro. Reflexões acerca de uma realidade multiétnica”, *Estruturas Sociais do Desenvolvimento, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 960-981.
- FREYRE, G. (2003 [1933]), *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, São Paulo, Global Editora e Distribuidora.
- FRÚGOLI JR., H. (2000), *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, Conflitos e Negociações na Metrópole*, São Paulo, Cortez e Editora da Universidade de São Paulo.
- GLISSANT, É. (1999 [1981]), *Caribbean Discourse: Selected Essays*. Charlottesville, University of Virginia Press.
- GUERRA, I., SAINT-MAURICE, A., COSTA, S. (2010), *Programa Escolhas 2006-2009. Relatório Final de Avaliação*, Lisboa, Dinamia’CET-ISCTE.
- HARVEY, D. (1973), *Social Justice and the City*, Athens, University of Georgia Press.
- HENRIQUES, J. G. (2018a), *Racismo no País dos Brancos Costumes*, Lisboa, Tinta-da-china.
- KILOMBA, G. (2019 [2008]), *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Quotidiano*, Lisboa, Orfeu Negro.
- LEAL, G. (2023), “Contra-en(cantar) o bairro. Poéticas da paisagem do rap kriolu na Área Metropolitana de Lisboa”. *Ponto Urbe*, 31 (1), pp. 1-20.
- LEFEBVRE, H. (1968 [2012]), *O Direito à Cidade*, Lisboa, Livraria Letra Livre.
- LOJKINE, J. (1979), “O papel do Estado na urbanização capitalista – da política estatal à política urbana”. In R. Forti (ed.), *Marxismo e Urbanismo Capitalista*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 15-51.
- LOURENÇO, I. (2009), *Os Corpos da Devi. Religião e Género em Diáspora*. Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- MACEDO, C. C. (1985), *Nós, a Comunidade – O Estudo de Uma CEB na Periferia de São Paulo*. Tese de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MACHADO, F. L. (1985), “As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental”. *Sociedade e Território*, 3, pp. 90-99.
- MAESO, S. R., ALVES, A. R., ARAÚJO, D. (2021), “Racismo e políticas de segurança interna em Portugal: policiamento e controlo da juventude negra e roma/cigana”. In S. R. Maeso (org.), *O Estado do Racismo em Portugal: Racismo Antinegro e Anticiganismo no Direito e nas Políticas Públicas*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 181-240.
- MAGNANI, J. G. C. (2003 [1984]), *Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade*, São Paulo, Editora UNESP e HUCITEC.
- MAGNANI, J. G. C. (2012), *Da Periferia ao Centro: Trajetórias de Pesquisa em Antropologia Urbana*, São Paulo, Terceiro Nome.
- MAGNANI, J. G. C., SOUZA, B. M. (2007), *Jovens na Metrópole: Etnografias de Circuitos de Lazer, Encontro e Sociabilidade*, São Paulo, Terceiro Nome.
- MALHEIROS, J. M. (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Colibri.
- MARQUES, E. (2015), “Os espaços sociais da metrópole nos 2000”. In E. Marques (ed.), *A Metrópole de São Paulo no Século XXI: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades*, São Paulo, Editora Unesp.
- MIGNOLO, W. (2009), “Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom”. *Theory, Culture & Society*, 26 (7-8), pp. 159-181.

- MONTES, M. L. (1983), *Lazer e Ideologia: A Representação Social e do Político na Cultura Popular*. Tese de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NIEMEYER, A. M. (1985), *O Lugar da Pobreza: Moradia e Controle do Espaço em Favela de São Paulo, 1972-1975*. Tese de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NUNES, J. P. S. (2010), “Dos subúrbios citadinos aos subúrbios metropolitanos. Estrutura de povoamento e morfogênese da metrópole de Lisboa (1950-2001)”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 20-21, pp. 123-137.
- PARDUE, D. (2017), “O que adianta estética sem ética?: A coletividade no discurso marginal”. In G. B. Bertelli, G. Feltran (eds.), *Vozes à Margem: Periferias, Estética e Política*, São Paulo, Edufscar.
- PARK, R. (1973 [1916]), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In O. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 26-67.
- PEREIRA, A. (2018), *Um Rolê pela Cidade de Riscos: Leituras da PiXação em São Paulo*, São Paulo, Edufscar.
- PETREMONT, M. (2024), *Laughing Back at Racism and Making Space for Afro-European Women Performance. A Black & Feminist Geographical Perspective in Postcolonial Switzerland and Portugal*. Tese de Doutoramento, Genebra, Universidade de Genebra.
- RAPOSO, O. (2007), *Representa red eyes gang: das redes de amizade ao hip hop*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- RAPOSO, O. (2010), “Tu és rapper, representa arrentela, és red eyes gang: sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, pp. 127-147.
- RAPOSO, O. (2022), “The Art of Governing Youth: Empowerment, Protagonism, and Citizen Participation”. *Social Inclusion*, 10 (2), pp. 95-105.
- RAPOSO, O., ADERLDO, G. (2019), “Políticas públicas e produção artístico-cultural entre jovens das periferias de Lisboa e São Paulo”. *Etnográfica*, 23 (1), pp. 109-132.
- RAPOSO, O., CASTELLANO, C. G. (2024), “Batida and the politics of sonic agency in Afro-Lisboa”. *Ethnic and Racial Studies*, 47 (7), pp. 1438-1455.
- RAPOSO, O., ALVES, A. R., VARELA, P., ROLDÃO, C. (2019), “Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, pp. 5-28.
- RAZACK, S. H. (2002), “When place becomes race”. In S. H. Razack (ed.), *Race, Space and the Law: Unmapping a White Settler Society*, Chico, AK Press.
- RIBEIRO, D. (2017), *O Que É Lugar de Fala?*, Belo Horizonte, Letramento, Justificando.
- RODRIGUES, C. M., GUERRA, I., CABRAL, J., GASPAR, J., FERNANDES, J. M., SILVA, N. R., MATIAS, N. (1989), *Clandestinos em Portugal – Leituras*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ROLDÃO, C. (2015), *Fatores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado”: Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana*. Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- ROLDÃO, C., PEREIRA, J. A., VARELA, P. (2023), *Tribuna Negra: Origens do movimento negro em Portugal 1911-1933*, Lisboa, Tinta-da-china.
- ROSA, M. J. V. (2000), “Notas sobre a população – Lisboa: Área Metropolitana e cidade”, *Análise Social*, 34 (153), pp. 1045-1055.
- ROY, A. (2011), “Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35 (2), pp. 223-238.

- SADER, E. (1988), *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SALGUEIRO, T.B. (1977), “Bairros clandestinos na periferia de Lisboa”. *Finisterra*, 12 (23), pp. 28-55.
- SALGUEIRO, T.B. (1983), *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SANCHES, M.R. (2005), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa, Cotovia.
- SEABRA, T. (2010), *Adaptação e Adversidade – O Desempenho Escolar dos Alunos de Origem Indiana e Cabo-Verdiana no Ensino Básico*, Lisboa, ICS-UL.
- SILVA, L. A. M. (2008), *Vida sob Cerco: Violência e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- SOARES, L. B., FERREIRA, A. F., GUERRA, I. P. (1985), “Urbanização clandestina da Área Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 3, pp. 67-77.
- SOUSA, S. (2008), “Iniciativas Bairros Críticos: uma experiência em torno de modelos de governação na gestão do território”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 16, pp. 69-75.
- SPIVAK, G. C. (2010 [1988]), “Can the subaltern speak?”. In R. C. Morris (ed.), *Can the Subaltern Speak? Reflections on the History of an Idea*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- TELES, V. da S. (1985), *Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TELES, V. da S. (2006), “Debates: A cidade como questão”. In V. da S. Telles, R. Cabanes (eds.), *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e Seus Territórios*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas, pp. 34-64.
- TRISTANY, M. (2025a). *Cidade à Volta da Cidade*, Lisboa, Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.
- TRISTANY, M. (2025b). “Tristany Mundo: eu não sou uma periferia, sou uma cidade à volta de outra cidade”, *BANTUMEN na Gulbenkian*, 14 de abril de 2025. Disponível em <https://gulbenkian.pt/cam/read-watch-listen/tristany-mundu-eu-nao-sou-uma-periferia-sou-uma-cidade-a-volta-de-outra-cidade/>.
- UITERMARK, J. (2014), “Integration and control: the governing of urban marginality in Western Europe”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (4), pp. 1418-1436.
- UNIDIGRAZZ (2021), *Linha Imaginária*, MU.SA – Museu das Artes de Sintra. Disponível em <https://www.unidigrazz.com/projeto/linha-imaginaria/>
- VÁZQUEZ, I. (1992), *O Processo de Suburbanização no Grande Porto. A Evolução da Cidade do Porto e a Estruturação Territorial dos Concelhos Periféricos*. Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.
- VIDA JUSTA (2024), *Assembleia Popular dos Bairros: Construir um Programa de Baixo para Cima*. Disponível em <https://vidajusta.org/assembleia-popular-dos-bairros/>.
- WACQUANT, L. (2005a), “Les deux visages du ghetto – Construire un concept sociologique”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 160: pp. 4-21.
- WACQUANT, L. (2005b), “‘Une ville noire dans la blanche’ – Le ghetto étasunien revisité”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 160: 22-31.
- WACQUANT, L. (2006), *Body & Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer*, Oxford, Oxford University Press.

- WACQUANT, L. (2023), *Bourdieu na Cidade. Desafios à Teoria Urbana*, Lisboa, Outro Modo.
- WIRTH, L. (1938), “Urbanism as a way of life”. *The American Journal of Sociology*, 44 (1), pp. 1-24.
- ZALUAR, A. (1985), *A Máquina e a Revolta*, São Paulo, Editora Brasiliense.

Recebido a 20-12-2024. Aceite para publicação a 24-11-2025.

RAPOSO, O., FERRO, L., CACHADO, R. Á., LEAL, G., VARELA, P., SADOCK, M. (2026), “Periferias urbanas em Portugal: um itinerário conceptual e epistemológico”. *Análise Social*, 258, LXI (1.º), e39648. <https://doi.org/10.31447/39648>.

Otávio Raposo » otavio_raposo@iscte-iul.pt » Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) » Av. das Forças Armadas, 40 — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-8000-6901>.

Lígia Ferro » lferro@letras.up.pt » Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto » Via Panorâmica, s/n — 4150-564 Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-2704-4308>.

Rita Ávila Cachado » rita.cachado@iscte-iul.pt » Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) » Av. das Forças Armadas, 40 — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-4715-5686>.

Gabriela Leal » gabs.leal@gmail.com » Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) » Campus de Campolide, 3.º piso, sala 333 — 1099-085 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-9435-4712>.

Pedro Varela » pedro_miguel_varela@iscte-iul.pt » Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) » Av. das Forças Armadas, 40 — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-7332-8635>.

Mateus Sadock » mateus_sadock@iscte-iul.pt » Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) » Av. das Forças Armadas, 40 — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-0566-7405>.
